

TRABALHO POLICIAL: IDENTIDADE E CULTURA POLICIAL

POLITICAL WORK: IDENTITY AND POLICE CULTURE

CARDOSO, José Roberto¹

MOURA, Eduardo Nascimento de ²

RESUMO

Através da presente pesquisa buscou-se compreender como o trabalho policial e a sua identidade é construída culturalmente e como isso pode afetar o trabalho da polícia militar. Tendo como objetivo geral compreender como ocorre essa construção cultural e quanto ao objetivo específico identificar os fatores que instigaram a construção dessa cultura. A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa sendo abordada por uma revisão bibliográfica documental. Concluindo que a construção cultural acerca da atuação policial teve como norte a própria natureza de coação da atividade policial onde na qual o mesmo é visto como um indivíduo violento e que exerce com exagero sua autoridade.

Palavras – chave: policial militar; cultura; identidade.

ABSTRACT

Through this research we have sought to understand how police work and identity are culturally constructed and how this can affect the work of the military police. Its general objective is to understand how this cultural construction occurs and as to the specific objective to identify the factors that instigated the construction of this culture. The methodology of the research is qualitative in nature and is approached by a bibliographic review. Concluding that the cultural construction about police action had as its very nature the coercive nature of police activity where it is seen as a violent individual and who exaggerates his authority.

Keywords: military police; culture; identity.

¹ Aluno do Curso de Formação de Soldados. Turma F. Gestão em Segurança Pública

² Professor Orientador: Pós Graduado

1 INTRODUÇÃO

A cultura de uma sociedade diz muito sobre a organização política; a concepção religiosa das pessoas, ou seja, aspectos importantes de uma determinada sociedade, posto isso, cumpre ressaltar que cultura diz respeito ao conjunto de valores morais e éticos presentes em uma determinada sociedade, envolvendo fatores singulares de cada sociedade: roupas; estilo musical; política; religião; arte, entre outros.

Apresentado as premissas acima, salienta-se a figura do profissional da segurança pública cujo é o policial exerce uma função importante na sociedade no que diz respeito à manutenção da ordem na sociedade. Consequentemente diante dessa função a figura do policial passou a ser “iconizada” na sociedade onde a imagem de protetor da vontade da lei e soldado na guerra contra o crime passou a fazer parte da identidade do policial construída socialmente.

A cultura pode ser definida como o conjunto de condições e fatos singulares que diferenciam uma sociedade da outra em virtude de características presentes em cada cidadão e em cada padrão culturalmente estabelecido em cada instituto social, seja na escola, na igreja nos órgãos públicos, dentre outros.

O objetivo geral consiste em compreender a importância da cultura e a identidade construída socialmente acerca dos policiais militares e em aspectos específicos o objetivo consiste em identificar os fatores que influenciaram a criação de uma cultura acerca da identidade do policial militar e de que maneira essa cultura influencia a identidade dos agentes.

Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca do trabalho policial, sua cultura e a construção de sua identidade.

Por meio de a presente pesquisa buscou-se compreender a função do policial militar e a construção da identidade policial sob enfoque da cultura, tendo como base dois artigos científicos acerca da cultura da construção policial nos últimos dois anos; um artigo sobre o período do regime militar datado de 2015 e um artigo sobre a construção da identidade policial datado de 2011.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A cultura corresponde a um conjunto no quais são englobados diversos aspectos de ordem espiritual, intelectuais, afetivo onde tais elementos constituem-se de elementos básicos que determina a caracterização de uma sociedade ou grupos de ordem social. Sobre o conceito de cultura:

Dentro da perspectiva contemporânea, assiste-se a um alargamento acerca do conceito de cultura. A cultura passa a ser concebida como algo multidisciplinar com sua transversalidade inerente, dando origem a recortes temáticos dentro da própria definição do termo cultura (...) Assim, considera os indivíduos como um produto da vida comum do que das forças da determinação da vida, isto é, tudo é devido, sobremaneira, a ação da sociedade. (PORTO, 2011 p.3)

A cultura diz respeito à relação com que cada indivíduo se comporta perante a sociedade no qual ele faz parte, uma vez que, a sociedade é constituída pelas condutas que os homens e as mulheres realizam no transcorrer dos anos, sendo que com a repetição dessas condutas ao ponto de se criar um padrão de comportamento pode surgir uma nova configuração cultural.

A cultura é um elemento intrínseco a natureza humana, pois em virtude da relação dos seres humanos com seus semelhantes surgem um complexo de interações que dificilmente podem ser decifrados, mas se ocorrer a frequência de determinadas interações pode ser consolidado o que denomina-se cultural. Diante dessa complexidade envolvendo a cultura:

(...) os seres humanos são incompletos porque são históricos; a cultura é entendida enquanto um componente interno essencial da natureza humana, estando, portanto, atrelada tanto ao contexto biológico como ao contexto evolutivo. Detecta-se na cultura uma diferença tênue, pois os autores defendem a cultura também como uma ciência, como um documento de afirmação configurado por expressões sociais. Essas expressões, por vezes, se mostram superficialmente de maneira enigmática. (PORTO, 2011 p.5)

A instituição policial no Brasil possui uma visão deturpada acerca da sua real função, principalmente em razão dos anos que constituíram o famigerado período do regime militar no Brasil.

Tal período histórico é complexo, pois envolve uma série de questões de ordem social, pois com a tomada da soberania do Estado pela corporação dos militares uma série de medidas precisaram ser tomadas para que a ordem fosse mantida, pois grupos contrários a administração dos militares emergiam e situações

de caos e atitudes revolucionárias tornaram-se mais frequentes, com isso, os policiais militares precisaram agir, pois sua função, por natureza, tem como diretriz realizar a manutenção da ordem e em determinados casos o uso da força é necessária. Obviamente existiram excessos, todavia, não é pertinente para a pesquisa em questão.

2.2 Constituição de 1988 e os direitos humanos

Com a promulgação da Constituição vigente uma série de direitos humanos e fundamentais passaram a ser disciplinados pela Carta e com isso a atuação policial que antes da promulgação da Lei Maior estava regida por normas disciplinadas e consolidadas pelo regime militarista vigente no Brasil (1964-1985) passou a ser disciplinada por um sistema jurídico que tutela direitos humanos básicos, destacando a integridade física e moral, além da dignidade da pessoa humana. Posto isso, a fama de opressores foi adquirida pelos militares durante a vigência do período militarista acompanhou a criação de uma nova sociedade administrada pela Constituição Federal de 1988. Dessa maneira, é transmitida a cultura de que policiais são violentos, cruéis e até desumanos ao ponto de atacar direitos humanos protegidos pela Constituição. A criação e a disseminação dessa cultura não é uma questão nova, a imagem cultural acerca dos militares é que seguem as regras com afinco e são agressivos para que a ordem seja sempre mantida.

No que diz respeito à problemática entre a instituição militar e os direitos humanos tem maior intensidade entre o período do regime militar e o processo de redemocratização que se fundou com a promulgação da república vigente em 1988. A transição de um regime autoritário para uma democracia focada na proteção a direitos humanos de extrema relevância foi um processo longo e complexo, uma vez que durante o regime militar casos envolvendo o abuso policial e o desrespeito aos direitos humanos tornaram-se comuns. (LOPES, 2016).

Alguns pontos acerca da relação entre a polícia e os direitos humanos merecem destaque, como por exemplo, a violência policial e a afronta do governo frente aos direitos civis, posto isso, culturalmente no Brasil existe um autoritarismo implantado fazendo com que as violações de direitos humanos fossem cometidas pelos agentes públicos. (LOPES, 2016).

A função dos militares está interligada intimamente com a execução de medidas que representem força e agressividade. O que é compreensível já que os militares são a força do Estado, nesse caso, com o desrespeito a ordem e o consequente surgimento do caos cabe aos militares fazer com que a ordem volte, mesmo que seja por meio da violência.

Ressalta-se que o desrespeito aos direitos humanos não só ocorrem por meio da violência, mas também pela omissão de um agente público que deveria agir. Entretanto, a figura do policial sofre mais ataques devido à natureza de sua função.

Outra questão envolve o meio social em que o policial exerce suas funções. Quanto maior o risco pode-se afirmar que os policiais agiram com maior repressão diante do risco que a vida dos mesmos está sofrendo. Sobre isso:

Se essas explicações têm o mérito de chamar a atenção para a influência do contexto social e político sobre as visões e o comportamento dos policiais em relação aos direitos humanos, elas pecam ao subestimarem o ambiente organizacional e ocupacional na qual as atividades de policiamento ocorrem. É nesse ambiente que é gerada a cultura policial, isto é, o conjunto de valores, crenças e regras informais que orientam o modo como os policiais enxergam o mundo social e o modo como deveriam agir nele. (LOPES, 2016, pág. 4).

Por defender a ordem toda a sociedade espera que os policiais sigam as regras e consequentemente os direitos humanos imprescindíveis para a harmonia da convivência social. Posto isso, qualquer passo em falso é motivo de julgar a atuação do militar, pois o mesmo deve agir com extrema disciplina e preparo tanto físico como mental. Com relação a tal exposto:

De um lado, existe a expectativa de que os policiais tenham iniciativa e sejam eficientes na imposição de valores morais implicados na ideia de ordem, mas por outro espera-se que eles ajam estritamente de acordo com regras formais que visam conter suas ações dentro de determinados limites (...) não é um fenômeno psicológico individual e sim uma cultura socialmente gerada que predisporia os policiais a perceberem o mundo social e a agirem nele de determinada maneira. Essa cultura seria uma resposta cognitiva e comportamental a três elementos característicos do ambiente de trabalho do policial: o perigo, a autoridade e as pressões por eficiência. (LOPES, 2016, pág. 4).

Ou seja, o próprio ambiente do trabalho do policial afeta seu

comportamento e suas condutas afetam a forma como a sociedade os enxerga e por último é consolidada uma cultura acerca de sua figura autoritária. Posto isso:

(...) a exposição ao perigo e a necessidade de fazer valer a autoridade do Estado estimularia nos policiais atitudes conservadoras e comportamentos de suspeição, estereotipação, isolamento social e solidariedade interna. Policiais desenvolveriam atitudes de suspeição e criariam estereótipos sociais para lidar com as incertezas inerentes aos encontros cotidianos com pessoas desconhecidas. Já o isolamento social seria uma forma de os policiais evitarem o contato com segmentos sociais considerados perigosos e que os tratam com hostilidade em função da autoridade que exercem para garantir o cumprimento da lei. A hostilidade contra os policiais e o isolamento social, por sua vez, levariam ao desenvolvimento de uma forte solidariedade interna. Como autoridade responsável pela manutenção da ordem, os policiais também tenderiam a desenvolver um conservadorismo intelectual (pragmatismo), político e social (...) sustenta que os policiais também precisam desenvolver respostas que os auxiliem a se ajustar e a superar pressões para que pareçam eficientes. A desvalorização das normas que protegem os direitos humanos contra o arbítrio policial seria um desses ajustes. (LOPES, 2016, pág. 4).

Com a consolidação dessa cultura, a identidade do sujeito que exerce a função de militar passa a sofrer os efeitos dessa cultura, onde o mesmo passa a se adaptar a essa cultura criada acerca de sua imagem e função. No diz respeito à identidade do militar:

(...) a contribuição das ciências sociais demonstrou que há uma relação entre o indivíduo e a sociedade; há uma interação entre os indivíduos de tal forma que há influências recíprocas. Tal concepção vislumbra que a identidade é um elo entre o indivíduo e a cultura, preenche um espaço entre o eu (mundo privado) e a sociedade (mundo público) (...). (SILVA, 2011).

Mister é salientar primeiramente o conceito de policial militar: “ Atividades de policiamento referem-se idealmente a esforços no sentido de manter a ordem, prevenir e combater crimes”. (JUNIOR, 2007, pág. 48). Uma das características da polícia militar diante da sua função de manter a ordem, prevenir e combater crimes como referenciado é o uso da força, pois tal instituição trata de combater condutas que ataquem bens jurídicos e sobre essa característica:

O primeiro elemento, uso da força física, apesar de não ser suficiente para definição em questão, é condição fundamental da existência da polícia. Um grupo de pessoas ou uma organização não seriam, em qualquer parte do mundo, reconhecidos como policiais caso o uso da força não estivesse presente. (JUNIOR, 2007, pág. 49).

A identidade do policial, dessa maneira, se torna um aspecto visível do Estado, sobre isso:

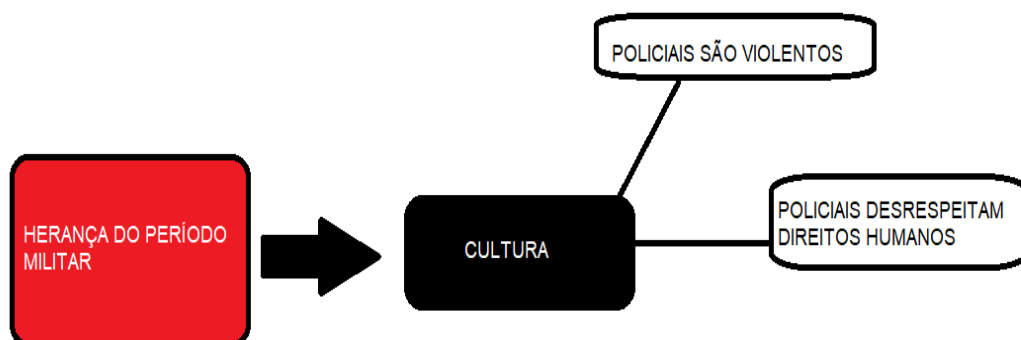
O policial é treinado para reproduzir a ordem ritualmente, como efeito dramático. Assim, o espírito de estado contribui para formação de um habitus de polícia. Quando atua de forma ostensiva em locais públicos, o policial é a face mais visível do estado, poderoso concentrador de capital simbólico. O policial, de uma forma ou de outra, está também imbuído desse capital, representando-o através de seu habitus específico, que inclui o caráter de ser agente estatal, possuindo certa especialização. (JUNIOR, 2007, pág. 49).

Ou seja, o policial tem por natureza uma identidade construída com base em suas funções básicas na sociedade.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O regime militar foi um fato memorável em virtude de toda a agressividade desse momento que se fez presente na história do Brasil, onde a figura do policial militar passou a ser criada culturalmente de tal maneira ao ponto de ele ser visto com um indivíduo agressivo e que não respeita os direitos e as garantias fundamentais.

Figura -1 Do regime militar

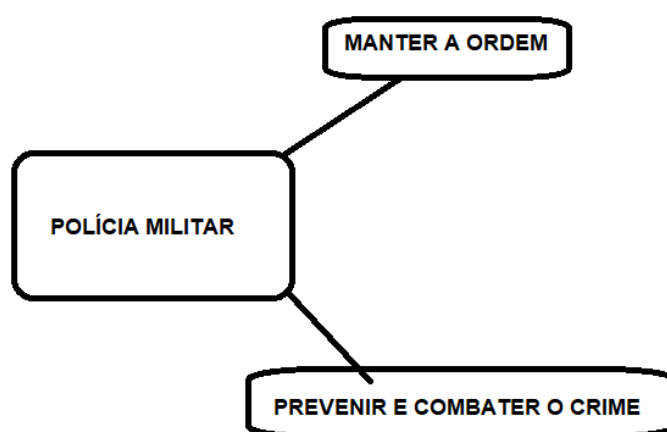


Fonte: JUNIOR (2017)

Consequentemente, se consolidou essa noção cultural envolvendo a

figura do militar onde ele passou a ser visto e caracterizado como alguém que é contra os direitos humanos, todavia, como resultado adquirido com base nos autores Junior e Lopes é observável que a função do policial é justamente o oposto, ou seja, defender tais direitos, pois assim determinada a lei já que para manter a ordem e garantir a paz o policial deve seguir as leis e dentre essas leis se encontra a Constituição Federal na qual afirma que o policial é um agente que tem por natureza a função de auxiliar o Estado na manutenção da ordem e na propagação da harmonia entre as interações sociais.

Figura – 2 Da função do polícia militar

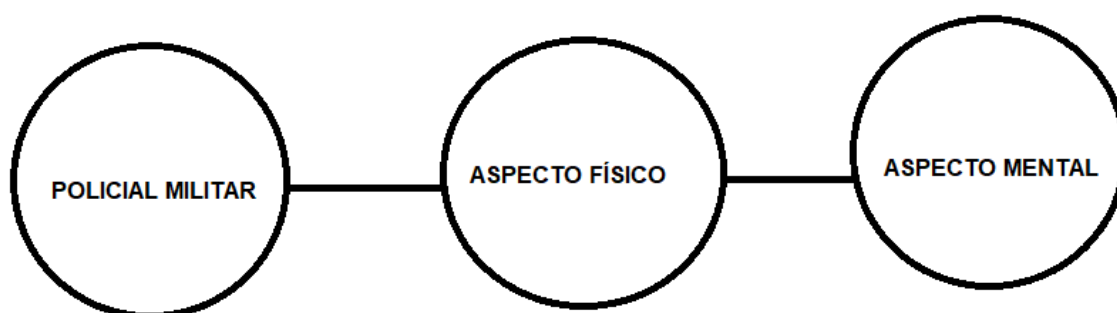


Fonte: JUNIOR (2017)

O ponto relevante é que o policial militar representa a força do Estado diretamente sob o indivíduo que cometer infração penal.

Diante dessa imagem criada sobre o policial militar o mesmo deve estar preparado sob dois enfoques. Conforme a ilustração:

Figura – 3 Dos aspectos envolvendo a figura do policial militar



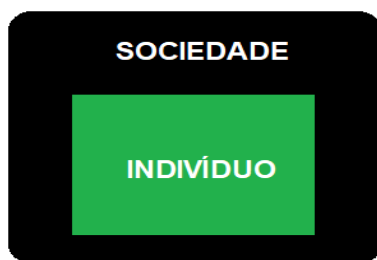
Fonte: JUNIOR (2017)

Diante da imagem construída acerca do policial militar os aspectos físicos e mentais são idealizados pela coletividade, onde o policial é visto como alguém que está apto fisicamente e com capacidade mental elevada para poder agir nos momentos de risco, ou seja, um homem forte, alto, dotado de disciplina e respeito aos seus superiores hierárquicos.

A relação entre essa construção da figura do policial militar frente à sociedade que o cerca ocorre em virtude de o homem alterar o meio em que ele vive assim como o próprio meio em que ele vive o modifica.

Uma construção demanda tempo e ocorre em virtude de fatos que ocasionaram impactos fortes na sociedade, e o regime militar perdurou por mais de 20 anos e seus efeitos foram tão intensos que a própria Constituição de 1988 trouxe em seu conteúdo legal, dispositivos que vão de encontro a alguns atos realizados pelos militares no que diz respeito aos direitos e as garantias individuais dos cidadãos.

Figura – 5 Da relação entre indivíduo e sociedade



Fonte: JUNIOR (2017)

A sociedade é um fenômeno constante no qual se perpetuará em consonância com o caminhar da humanidade e como tal possui ligação direta com tudo que envolve a vida dos homens.

Como analisado dentre os autores abordados, essa construção cultural acerca da figura do policial está atrelada diretamente a interação entre indivíduo e sociedade e suas potenciais problemáticas, onde o agente de segurança pública como auxiliar do Estado nesse objetivo de trazer sintonia entre as relações interpessoais.

A Cultura acerca da imagem do policial é construída com o passar dos anos e variando de sociedade para sociedade onde foi o que ocorreu com o período miliar, a sociedade brasileira mudou com o passar dos anos, mas os efeitos de períodos anteriores ainda são sentidos. Com isso a figura do policial fica atrelada a temas ligados a ideia de violência, pois naquele período as liberdades civis acerca de seus direitos de expressão eram controladas pelo estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Determinado indivíduo passa por uma série de treinamentos para poder ocupar a função de policial militar, e tal treinamento o diferencia de outras profissões me virtude da natureza de seu trabalho onde na qual o mesmo tem contato constante com situações iminentes de morte ou agressões, dentre outros, desse modo o mesmo está preparado para agir com coação e fazer imperar sua ordem em

situações críticas. Por meio da presente pesquisa ficou evidente que a identidade do mesmo é criada sob esses preceitos.

Em determinados períodos históricos no Brasil o militar passou a ter atribuído a si características de pessoas que violam a dignidade daqueles que de alguma maneira vá de encontro a sua opinião, tal construção cultural deu-se em virtude do período do Regime Militar no Brasil. Apesar dessas noções culturais negativas o policial também é visto sob um ponto de vista cultural positivo onde ele é considerado o protetor da sociedade, o fiscalizador das ruas e executor das ordens.

Portanto, é possível afirmar que essas noções acerca da atividade do policial militar tratam-se de uma construção cultural tendo como base a natureza de sua atuação, dentre elas, agir com coação quando necessário. Tal concepção passou a afetar a identidade do policial onde o mesmo passou a ser visto sob aquele padrão de homem sério, disciplinado e que age sempre nos limites da lei.

REFERÊNCIAS

JUNIOR, Almir de Oliveira - **Cultura de polícia Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte**; 2017. Disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7FFJV7/tese_cultura_policial_almir_oliveira_jr_.pdf?sequence=1 Acesso em 20 de março de 2018.

LOPES, Cleber da Silva; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; TORDORO, Marcos Antonio - **Direitos Humanos e Cultura Policial na Polícia Militar do Estado do Paraná**; 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/v18n41/1517-4522-soc-18-41-00320.pdf> Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

SILVA, Gilvan Gomes da – **A Identidade e o Sofrimento do Policial Militar: entre o público e o privado**; 2011. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2165/1/2011_GilvanGomesdaSilva.pdf> Acesso em 18 de fevereiro de 2018

LARA – **A ditadura Civil – militar de 1964**; 2015. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0275.pdf>> Acesso em 29 de março de 2018.

PORTO, Cristiane de Magalhães – Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica, 2011. Disponível em , <http://books.scielo.org/id/y7vr/pdf/porto-9788523211813-06.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2018.